

A CRISE ECONÔMICA DO SÉCULO XVII

META

Apresentar aspectos constituintes da crise econômica do século XVII e sua consequência para a instituição do modo de produção capitalista.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

identificar os fatores geradores da crise econômica do século XVII;

explicitar as consequências provenientes da crise do século;

descrever a importância das revoluções ocorridas na Inglaterra no século XVII para abertura do desenvolvimento capitalista.

PRÉ-REQUISITOS

Informar-se sobre os descobrimentos geográficos realizados pelos europeus ocidentais a partir do século XIV, procurando identificar as principais rotas comerciais decorrentes.



Figura 1 - Alegoria do séc. XVII representando os três estados
(Fonte: <http://wiki.chainofthoughts.com>).

INTRODUÇÃO

A “longa marcha” para a instituição do modo de produção capitalista, iniciada no século XVI, sofreu uma desaceleração em virtude da crise econômica que ocorreu durante o século XVII, manifestada no processo de recessão (fenômeno econômico caracterizada por queda de produção, aumento da taxa de desemprego, diminuição da taxa de lucros) e concentração (processo em que um pequeno número de pessoas e empresas passa a controlar os diversos componentes da atividade econômica). Esses processos afetaram de forma geral o desenvolvimento da acumulação de capital ao favorecer a formação de um minoritário agrupamento social ligado ao comércio, que concentrou rendas e investiu em atividades econômicas que contribuíram para o desenvolvimento da Revolução Industrial. Por outro lado, a crise econômica do século XVII motivou a ocorrência de revoltas camponesas e revoluções burguesas, em especial na Inglaterra, que determinaram a desarticulação do absolutismo e a sua prática econômica mercantilista.



Figura 2 - Ilustração de uma sapataria na época da Revolução Industrial (Fonte: <http://www.klickeducacao.com.br>).

A CRISE

Ao estudar a crise econômica ocorrida no século XVII, o historiador Eric Hobsbawm afirmou que a desaceleração das atividades econômicas foi fruto das contradições criadas pelo modelo de crescimento desenvolvido durante o século XVI, que aconteceu respaldado na expansão da atividade comercial vinculada ao mercado externo, dentro dos limites demarcados pela estrutura feudal, ainda dominante no mundo europeu.

Na sustentação de sua tese, Eric Hobsbawm apresenta a análise de três contradições básicas para a ocorrência da crise econômica do século XVII:

a) a ocorrida no mercado oriental, onde o crescimento da atividade comercial na Europa ocidental (Polônia, Rússia e outras regiões do leste europeu) aconteceu lastreado na produção agrícola destinada ao mercado externo através da exploração mais intensa do trabalho servil, fator que impediu a formação de um mercado consumidor de produtos manufaturados de outros centros econômicos. Esse modelo permitiu a concentração de riquezas nas mãos dos poucos e “já opulentos senhores feudais”, enquanto aprofundava a miséria da vida camponesa e impedia a formação de segmentos sociais capazes de efetuar ações de consumo, impondo limites à expansão comercial;

b) contradição decorrente do modelo adotado pela expansão comercial ocidental, principalmente a realizada no século XVI, que aconteceu através da conquista, do roubo e da colonização, que tinha como preocupação central o fornecimento para o mercado europeu de produtos como: metais preciosos – ouro e a prata - e especiarias, sem uma política definida para a criação de centros consumidores de produtos manufaturados originários de regiões da Europa. Essa prática foi característica do mercantilismo do século XVI, em que a Espanha teve um papel preponderante. Postura que foi modificada no século XVII, principalmente pela Inglaterra e França, quando os dois mercantilismos passaram a valorizar a produção de mercadorias (manufaturas) na metrópole para alcançar uma balança comercial favorável;

c) por último, o historiador inglês aponta a contradição acontecida no mercado interno dos países europeus, envolvidos nos primeiros momentos da expansão comercial, na medida em que a relação servil continu-



Figura 3 - Camponeses medievais no séc. XVI
(Fonte: <http://images.encarta.msn.com>).



Figura 4 - Nobre francês do século XVII (Fonte: <http://oglobo.globo.com>).

ava dominante, estrangulando o movimento de formação do trabalhador livre, do proprietário comerciante, da expansão da manufatura no lugar do artesanato e o domínio da circulação em que a moeda fosse o principal meio de troca. Logo, impedia o desenvolvimento do comércio interno e de outra forma de extração das riquezas produzidas pelo trabalho.

A crise de natureza econômica, acontecida durante o século XVII, foi acompanhada e ampliada em determinados momentos e regiões européias por fatores externos, como os provenientes das epidemias (a cólera, o sarampo, varíola e o tifo) e das guerras, em especial a dos Trinta Anos, que provocaram a redução do crescimento demográfico, causando uma diminuição da oferta de mão de obra, como também de propensos consumidores.

A recessão que dominou a economia mundial, no século XVII, atuou contraditoriamente na medida em que impeliu setores da sociedade a agirem para a sua superação via revoltas políticas e sociais (camponesas, dos pequenos proprietários e comerciantes, e a pequena nobreza - a *gentility*). Ao mesmo tempo, estimulou transformações no processo de produção e na política mercantilista, ao substituir o mercantilismo centralizado na exportação de produtos oriundos das colônias para um “novo colonialismo” que incentivava o consumo colonial dos produtos europeus. Tudo isso fortalecia a exportação de produtos manufaturados como ocorreu na Inglaterra e na França.

Também, é interessante ressaltar que a inflação decorrente da alta dos preços dos produtos agrícolas e manufaturados e a desvalorização das rendas e salários, que prejudicaram a nobreza que vivia da renda da terra e o trabalhador, favoreceu aos grandes comerciantes através da acumulação de capitais decorrente da alta dos preços e da redução de custos com o pagamento de baixos salários. Esse processo alimentou o processo de concentração de ferramentas, equipamentos, matérias-primas, meios de transporte dos bens, comércio e dinheiro na mão de poucos, os futuros capitalistas.

O Reino Unido da Grã-Bretanha, na época formado pela Inglaterra, Escócia, País de Gales e Ilha de Irlanda, foi a região européia pioneira em aprofundar as modificações que demoliriam o feudalismo definitivamente, criando as condições para a consolidação do modo de produção capitalista.

O Reino Unido, em especial a Inglaterra, nos primeiros momentos da acumulação primitiva de capital, ocorrida no século XVI, sofreu uma desaceleração, nos séculos seguintes, provocada pelas contradições geradas pelo desenvolvimento mercantil adequado às estruturais feudais, construindo limites para sua expansão. Os limites podem ser verificados em algumas medidas adotadas pela dinastia Tudor, principalmente por Henrique VIII e Elizabeth I, que, apesar de diminuir o poder político dos senhores feudais,

através do fortalecimento do absolutismo, adotou ações que evitassem o crescimento do movimento de cercamento para evitar as revoltas camponesas, a exemplo da ocorrida nos Midlands, em 1607, ao mesmo tempo em que atendia o conservadorismo de setores tradicionais da nobreza inglesa defensora da manutenção da cobrança das “obrigações” feudais.



Figura 5 - Parque industrial inglês no século XVIII (Fonte: <http://www.klickeducacao.com.br>).

Mas, ao mesmo tempo em que procurava amenizar a desintegração feudal, o poder real, liderado por Henrique VIII e Elizabeth I, desenvolveu uma política mercantilista que favorecia os segmentos minoritários da nobreza e da burguesia, vinculados às companhias comerciais monopolizadoras do mercado externo.

A condução da política (absolutista) e da economia (feudal e mercantilista) na Inglaterra alimentou a insatisfação crescente de setores da sociedade, por parte dos camponeses expulsos de sua terra, artesãos que perdiam o controle sobre o processo de produção, pequenos proprietários rurais (whigs) defensores dos cercamentos e burgueses (pequenos comerciantes) ligados ao mercado interno e à manufatura, formando uma

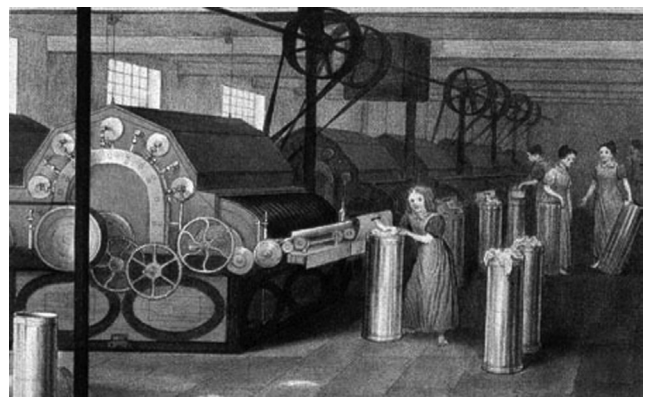


Figura 6 - Maquinário têxtil inglês do século XVII (Fonte: <http://www.klickeducacao.com.br>).

oposição favorável às idéias contrárias ao mercantilismo e ao absolutismo. É bom observar que na oposição à política dos Tudor's não existiam posicionamentos homogêneos, pois era fruto de diferentes situações sociais e econômicas defensoras de interesses distintos, que iam da democracia, como foi defendida pelos niveladores (levelellers), cavadores (diggers) e pentamonarquistas. Os diggers eram defensores de uma reforma agrária de forma radical.

Além desses grupos mais radicais, a oposição incorporava a insatisfação dos pequenos proprietários comerciantes do campo e da cidade e da pequena nobreza (a gentry) favoráveis ao alargamento das condições para práticas mercantis.

A insatisfação em relação ao estatuto político e econômico dominante no reino inglês alimentou diversas revoltas camponesas de segmentos médios da sociedade. Mas, duas revoltas políticas vitoriosas contribuíram para modificar o cenário absolutista e mercantilista dominante no Reino Unido da Grã-Bretanha, a revolta puritana, liderada por Oliver Cromwel, e a Revolução Gloriosa.

Apoiado pelos segmentos excluídos do campo e da cidade, o puritano Cromwel, após derrubar a dinastia Tudor e seus aliados presentes no Parlamento, impôs a sua república que dirigiu a Grã-Bretanha durante dez anos (1649/1660) e determinando medidas que favoreceram o crescimento do “capitalismo agrário britânico”.

As principais medidas implementadas pelo “Lord Protetor”, Oliver Cromwel, foram:

- a) em relação à estrutura agrária, o Estado efetuou a apropriação e comercialização das terras pertencentes à Igreja Anglicana e à nobreza Tudor, e incentivou a ampliação do movimento de cercamentos. Essas medidas contribuíram fortemente para a desagregação da unidade agrária feudal;
- b) em relação à economia, editou, em 1651, o Ato de Navegação que imprimia uma forte e agressiva política protecionista em favor da economia

britânica, determinando que nenhuma transação comercial (importação e exportação) realizada nos portos do reino poderia ser realizada sem a participação da frota mercantil inglesa.

Aliada à política protecionista, recrudesciu a política de conquista de colônias e pela hegemonia sobre os mares pelos ingleses, que culminou com a vitória militar sobre a Holanda, em 1654, resultando para a Grã-Bretanha o domínio sobre o mercado mundial, condição fundamental para



Figura 7 - Docas de Londres durante a Revolução Puritana de 1649 (Fonte: <http://www.historianet.com.br>).

desenvolvimento econômico do reino, que repercutiu favorável à Revolução Industrial, no século XVIII.

As ações desenvolvidas por Cromwel foram acompanhadas por uma modificação na lógica mercantilista inglesa, orientada pelo pensamento de Thomas Man, de que a “balança comercial favorável” seria fortalecida pela exportação de produtos manufaturados na metrópole e a restrição à entrada de importados. Essa tese modificou a função das colônias, pois elas não possuíam unicamente o papel de exportadora de produtos, mas, também, de consumidora de produtos manufaturados na metrópole. O “novo mercantilismo” britânico repercutia os interesses dos pequenos burgueses ligados às manufaturas, na medida em que possibilitava, entre outros fatores, o crescimento do mercado interno, com a absorção da crescente força de trabalho livre nas manufaturas, transformando-a em consumidora. Também pela ampliação da divisão social do trabalho.



Figura 8 - Cartaz do séc. XVII retratando a Revolução Gloriosa
(Fonte: <http://www.historianet.com.br>).

Já a Revolução Gloriosa de 1668 foi responsável por abolir o poder absolutista, retirando o poder político da alta nobreza e dos grandes comerciantes. Por outro lado, atuou contra a continuidade da política mercantilista em favor da pequena realeza e dos pequenos comerciantes e manufatureiros. Tanto a revolução liderada pelo “lord protector” Cromwel quanto a Revolução Gloriosa tiveram participação intensa dos camponeses e setores marginalizados da cidade, porém os resultados não foram de atendimento

às suas bandeiras, pelo contrário, elas foram reprimidas violentamente. Os resultados da revolução beneficiaram a burguesia em crescimento, favorecendo a acumulação de capital nas mãos desses segmentos.

Para sintetizar o significado político das duas revoluções, recorremos a Michel Beaud:

Derrubado o absolutismo, não se trata de estabelecer um regime democrático fundamentado no sufrágio universal. Apenas um pequeno número de proprietários (cerca de cinquenta mil) é admitido a designar os representantes ao Parlamento. Após se beneficiar por muito tempo da política mercantilista seguida pela monarquia, a burguesia soube utilizar o ponto de apoio dos movimentos populares contra o absolutismo; ... (BEAUD, 1987, p. 47).

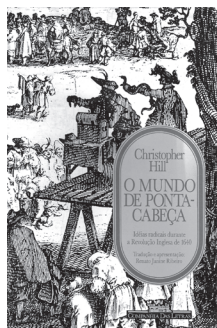


Figura 9 - Capa do livro O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640, de Christopher Hill (Fonte: <http://bp0.blogger.com>).

As revoluções foram reflexos da crise do século XVII, que, segundo Eric Hobsbawm, abriu uma brecha na “instável estrutura” feudal, abalando-a e no período posterior à crise econômica e de agitação social, verificou-se o decisivo deslocamento da empresa capitalista adaptada a um quadro predominantemente feudal para empresa capitalista transformadora do mundo de acordo com seus próprios padrões. “A revolução na Inglaterra constituiu, assim, o incidente mais dramático da crise e, ao mesmo tempo, sua encruzilhada” (HOBSBAWM, 1988, p. 75).

ATIVIDADES

Explique a natureza da crise econômica do século XVII;

Identifique as causas propulsoras da crise econômica do século XVII;

Comentar sobre as mudanças das práticas mercantilistas ocorridas durante o século XVII;

Analisar a importância das revoluções inglesas do século XVII para criar as condições do capitalismo;

Comentar o resultado das transformações econômicas ocorridas para os camponeses e trabalhadores das cidades.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

A crise do século XVII atuou contraditoriamente na medida em que reduziu o ímpeto do processo de acumulação primitiva de capital, ocorrida no século XVII, mas, ao mesmo tempo, a sua superação engendrou ações que contribuíram para romper os limites da desintegração do feudalismo, abrindo condições para a instituição do modo de produção capitalista.

CONCLUSÃO

Em suma, a crise do século XVII, gerada das contradições criadas pelo primeiro momento da expansão comercial moderna, na medida em que ela se deu dominada pela estrutura agrária feudal, impôs iniciativas de determinados setores da sociedade na perspectiva da superação do absolutismo e do mercantilismo. Ao mesmo tempo em que defendiam as condições próprias ao desenvolvimento do comércio, traduzidas na expansão do trabalho assalariado, condição essencial para a consolidação da nova forma de apropriação do produto do trabalho. O processo demonstrou uma forte tendência à concentração de capitais, fator importante para a ocorrência da revolução industrial do século XVIII.

A desarticulação do modo feudal foi evitada de forte embate ideológico. Assunto que será o tema da nossa próxima aula.

RESUMO

O desenvolvimento econômico ocorrido no século XVI abriu a “longa marcha” para o capitalismo, mas não ocorreu de forma linear quanto ao seu crescimento, pois foi interrompido pela crise econômica do século XVII, materializada na recessão e na concentração de capital nas mãos de poucos. A crise, contraditoriamente, apesar de atrofiar o crescimento econômico, alimentou as forças desintegradoras do modo de produção feudal na Inglaterra e estimuladoras do desenvolvimento capitalista.



REFERÊNCIAS

- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- BEAUD, Michel. **História do Capitalismo: de 1500 aos nossos dias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- DOBB, Maurice. **A evolução do Capitalismo**. 7 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- HOBBSBAWM, Eric. **As origens da Revolução Industrial**. São Paulo: Global Editora, 1979.
- . **A crise geral da economia europeia no século XVII**. In: SANTIAGO, Theo. **Do Feudalismo ao Capitalismo – uma discussão histórica**. São Paulo: Ed. Contexto, 1988.
- HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: as idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 17 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MARX, Karl. **O segredo da acumulação arimitiva**. In: O Capital: crítica à Economia Política. 16 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

OHLWEILER, Otto Alcides. **Materialismo Histórico e crise contemporânea**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SWEEZY, Paul et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.